



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano
Comissão de Constituição, Redação e Legislação Participativa

Projeto de Lei Ordinária nº. 1502/2019

Autor: Vereadora Helena Holanda

Relator: Vereador Professor Gabriel Carvalho

PARECER

EMENTA: PROJETO DE LEI INSTITUINDO, CONCESSÃO DE MEIA-ENTRADA PARA INGRESSO EM PONTOS TURÍSTICOS MUNICIPAIS AOS MORADORES E CIDADÃOS DE JOÃO PESSOA – PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE.

I – RELATÓRIO

Referem-se, os autos, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1502/2019 de autoria da parlamentar Helena Holanda, instituindo, concessão de meia-entrada para ingresso em pontos turísticos municipais aos moradores e cidadãos de João Pessoa.

O projeto acima apresenta justificativa e veio acompanhado de razões que o justificam.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Após análise do Projeto de Lei em questão, verificou-se que o parlamentar pretende instituir a concessão de meia-entrada para ingresso em pontos turísticos municipais aos moradores e cidadãos de João Pessoa.

Com efeito, o art. 29 da Lei Orgânica do município de João Pessoa estabelece que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, senão vejamos:

Artigo 29 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Assim, por se tratar de matéria de interesse local, entendo que a matéria versada no PLO é constitucional e merece o aval desta Comissão.

Por fim, cumpre registrar que a esta Comissão cabe o exame da constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei. Estando a proposição de acordo com a Constituição Federal, artigo 30, inciso I⁴¹, com a Constituição Estadual, artigo 21, § 1º⁴², com a Lei Orgânica do Município,

⁴¹ Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

⁴² Art. 21. A lei orgânica do Município regulará o processo legislativo municipal, em obediência às regras do processo legislativo estadual.
§ 1º A iniciativa dos projetos de lei cabe aos cidadãos, a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal e ao Prefeito